

Parecer 91/98

Data: 1998.07.29

Processo nº 343

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade reclamada: Director do Serviço de Auditoria e Inspeção-Delegação Norte

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional de Monção, apresentou ao Director do Serviço de Auditoria e Inspeção-Delegação Norte, da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), em 19 de Janeiro de 1998, um requerimento onde solicitava o seguinte:

- a) a entrega de uma lista cronológica dos **diplomas «legais»** (leis, decretos-leis, decretos do Presidente da República, decretos regulamentares, decretos, resoluções do Conselho de Ministros, resoluções da Assembleia da República, portarias, despachos normativos e declarações), das **decisões judiciais com força obrigatória geral** [do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça (sic) e do Supremo Tribunal Administrativo (sic)], **dos actos administrativos de conteúdo abstracto e eficácia interna** (circulares, ofícios circulares, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação legal), **dos despachos de delegação de competências** (do Ministro da Justiça, dos Secretários de Estado da Justiça, do Director-Geral dos Serviços Prisionais, dos Subdirectores-Gerais, Directores de Serviços e Chefes de Divisão, bem como de todos os titulares de cargos equiparados legalmente, e dos substitutos legais que deleguem poderes no âmbito da DGSP), dos **despachos de nomeação** de todos os dirigentes dos quadros de pessoal dos serviços centrais e dos serviços externos da DGSP e dos **pareceres** da Procuradoria-Geral da República (PGR) que contenham informações sobre:
- a orgânica do Ministério da Justiça;

- a orgânica da Secretaria de Estado da Justiça;
- a orgânica do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Justiça e respectivas atribuições;
- a orgânica dos serviços sociais do Ministério da Justiça e respectivas atribuições;
- a legislação orgânica dos serviços prisionais e respectivos quadros de pessoal;
- a reforma prisional (direitos e deveres dos reclusos);
- estatuto do guarda prisional;
- serviço de inspecção e apoio jurídico;
- centro de formação penitenciária;
- os quadros de pessoal dos serviços dos estabelecimentos prisionais centrais e especiais instalados nos edifícios da polícia judiciária e nos estabelecimentos regionais;
- estatuto do pessoal dirigente;
- os cargos dirigentes do quadro da DGSP dos serviços prisionais e respectivas equiparações legais.

b) a reprodução, por fotocópia, dos **actos administrativos** não publicados no *Diário da República* que possam estar incluídos naquela lista.

2. Não tendo obtido qualquer resposta até 12 de Março de 1998, o cidadão requerente apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), com data de entrada de 16 de Março de 1998, uma reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior, nos termos do art. 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA: Lei de Acesso aos Documentos da Administração).
3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias, previsto no nº3 do art. 15º da LADA.
4. Nos termos fixados na Constituição e na lei, qualquer cidadão goza do direito de acesso aos documentos administrativos de carácter não nominativo. Deste ponto

de vista, o primeiro pedido formulado na presente reclamação [cfr. acima a alínea *a)* do ponto 1] é equiparável a uma série de outros pedidos que, por iniciativa do ora reclamante, estiveram na origem dos pareceres nº 323, 324 e 325 da CADA. Nessa ocasião a Comissão estabeleceu uma directiva de decisão para casos semelhantes, limitando-se agora a reafirmar a mesma doutrina. A lista em causa constitui, em abstracto, um documento administrativo de carácter não nominativo. Deste modo, se no caso concreto o Serviço de Auditoria e Inspeção-Delegação Norte se encontrar na posse de um tal documento, deverá naturalmente facultá-lo ao particular nos termos constantes do respectivo requerimento. Contudo, quando o documento não existe já, a Administração não se encontra legalmente obrigada a elaborar uma lista desse género só para satisfazer o pedido do particular.

5. Por outro lado, o segundo pedido constante da reclamação [cfr. acima a alínea *b)* do ponto 1] parece referir-se em especial aos actos administrativos de conteúdo abstracto e eficácia interna - e, eventualmente, aos pareceres da PGR - uma vez que os restantes actos administrativos estão sujeitos a publicação obrigatória no *Diário da República*.

Trata-se, mais uma vez, de um pedido cuja apreciação nos remete para a doutrina expressa no parecer nº 323. Os actos administrativos de conteúdo genérico e eficácia interna mencionados pelo reclamante integram a previsão do art. 11º, nº 1 da LADA. Se tais documentos couberem na alínea *a)* desta disposição, deverá ser entregue ao particular a fotocópia daqueles que ainda não estiverem publicados. No caso inverso, isto é, se não couberem nessa alínea *a)*, deverá o Director do Serviço de Auditoria e Inspeção-Delegação Norte informar o reclamante da forma como foi publicado o enunciado de tais documentos, cumprindo assim a alínea *b)* do mesmo preceito.

Quanto aos pareceres da PGR, o Serviço de Auditoria e Inspeção encontrar-se-à obrigado a facultar a respectiva reprodução através de fotocópia se e quando esses documentos se encontrarem na sua posse.

Em conclusão:

- 1º O ora reclamante tem, por força da LADA, o direito de obter a lista requerida, caso ela exista no Serviço de Auditoria e Inspeção-Delegação Norte;
- 2º O referido Serviço deve facultar a reprodução por fotocópia dos pareceres da PGR que lhe foram solicitados e se encontram actualmente em seu poder;
- 3º Quanto aos actos administrativos de conteúdo abstracto e eficácia interna, o Serviço de Auditoria e Inspeção-Delegação Norte deve fornecer ao reclamante fotocópia daqueles que, cabendo na previsão da alínea *a)* do nº 1 do art. 11º da LADA, não se encontrem publicados e indicar o local e a forma de publicação dos restantes;
- 4º Quanto aos mesmos actos que não caibam na previsão desta alínea *a)*, deve informar o reclamante da forma como foi publicado o seu enunciado, de acordo com o que dispõe a alínea *b)* do mesmo preceito.

Lisboa, 29 de Julho de 1998

Vasco Almeida (Relator) – *José Magalhães* - *Silva Marques* – *Narana Coissoró* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos* – *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)